

EXMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES - MG.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 - Compras Governamentais 90039;  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas, e treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG."

A empresa **Vivver Sistemas Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.381.389/0001-50, com sede na Avenida do Contorno, 7069, 12º andar, Santo Antônio em Belo Horizonte - MG, CEP: 30.110-043, nesse ato representada por seu sócio administrador **Geraldo Tadeu da Conceição Cruz**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 478.374.036-49 e Identidade nº MG 3.506.352, vem mui respeitosamente à presença de V.Sa. para **IMPUGNAR** o Edital do processo licitatório em referência, nos seguintes termos:

#### **DA TEMPESTIVIDADE:**

Tem-se como TEMPESTIVA a presente IMPUGNAÇÃO, eis que marcado o evento licitatório para o dia 08/07/2024, às 09:00 horas, conforme previsto no item 16.1 do Edital.

#### **DOS FUNDAMENTOS:**

Fazendo uma detida análise do instrumento convocatório percebe-se que existem informações e exigências contraditórias em seu texto que podem tornar o presente certame antieconômico e ineficiente, além de haver omissão de informações necessárias para formulação da proposta comercial.

O Edital como lei de regência do certame, deve ser claro e objetivo além de conter todas as informações necessárias para a formalização das propostas por parte dos licitantes interessados, sob pena de afronta aos princípios licitatórios esculpidos no artigo 5º da Lei nº 14.133/21.

**VIVVER SISTEMAS LTDA.**

CNPJ: 03.381.389/0001-50

Sede: Avenida do Contorno . nº 7069 . 12º andar . Bairro Santo Antônio . Belo Horizonte - MG | CEP 30110-043

Regionais: Passos - MG | Montes Claros - MG | Macaé - RJ | João Pessoa - PB

[www.vivver.com.br](http://www.vivver.com.br) | [ead.vivver.com.br](mailto:ead.vivver.com.br) | [contato@vivver.com.br](mailto:contato@vivver.com.br) | Telefones: (31) 3025.3550 | 0800 000 3550

Segundo a jurisprudência e doutrina sobre o tema, é preciso que haja a descrição, no Edital de chamamento para contratação de TI – Tecnologia da Informação, de todos os produtos e serviços que compõem a solução a ser adquirida com suas especificações técnicas e quantitativos unitários.

Ao caso, analisando o Edital, nos deparamos com os seguintes pontos controvertidos que impedem, ao nosso sentir, o trânsito regular do certame:

**1º) Ausência dos critérios de avaliação da Prova de Conceito, percentuais de cumprimento e ausência dos itens obrigatórios e específicos a serem avaliados durante a POC (Item 7.13 Edital / 3.6 TR)**

Conforme se infere do Edital, os Itens relativos à POC não descrevem como será a avaliação, senão vejamos:

“7.13.1 PROVA DE CONCEITO no âmbito dos processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC: “Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pelo LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”. A empresa terá um prazo de 03 (três) dias corridos para entrar em contato para o agendamento da amostra que será presencial.”

A prova de conceito (POC) em licitações de tecnologia da informação (TI) é um procedimento que permite a comprovação da viabilidade técnica de uma solução proposta por um fornecedor. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a POC deve ser utilizada quando a solução apresentada for inovadora ou complexa, e sua viabilidade técnica não puder ser comprovada por outros meios.

Assim sendo, a realização da POC deve ser devidamente justificada no processo licitatório, demonstrando a necessidade de comprovação da viabilidade técnica da solução e o objeto da POC deve ser claro e delimitado, especificando os aspectos técnicos a serem testados e os critérios de avaliação.

As condições de realização da POC devem ser estabelecidas de forma objetiva e a avaliação da POC deve ser realizada por uma equipe técnica qualificada, utilizando critérios objetivos e previamente definidos. O resultado da POC deve ser documentado e divulgado aos licitantes, servindo como subsídio para a decisão de contratação.

Nesse contexto, tem-se que o Edital não trouxe os itens obrigatórios que deverão ser demonstrados na POC e tampouco aqueles que seriam desejáveis, trazendo um percentual mínimo aceitável para aprovação do sistema, e delimitando o prazo para adequação final.

Como regra, nas licitações de TI, o Termo de Referência descreve a estrutura básica e necessária do sistema que deverá ser demonstrada, obrigatoriamente, na POC e, em relação aos módulos do sistema, um percentual mínimo de atendimento às funcionalidades descritas no TR, com um prazo pré-estabelecido, a ser cumprido após a formalização do contrato, para atendimento integral.

São critérios objetivos e isonômicos de avaliação que permitem ao Município cumprir a finalidade da POC, algo inexistente no Edital ora impugnado.

Nesses termos, torna-se necessária a adequação do Edital para que haja a definição das funcionalidades obrigatórias e as desejáveis que deverão ser demonstradas na POC, estabelecendo, ainda, o percentual mínimo de demonstração das desejáveis e fixando um prazo razoável para o seu cumprimento integral após a assinatura do contrato.

## **2º) Ausência da abrangência de implantação e operação do objeto (unidades de saúde) - Item 3 TR**

Tem-se que o Edital, ao estabelecer no seu TR os requisitos da contratação, não delimitou ou descreveu as Unidades de Saúde as quais o sistema será implantado e utilizado, senão vejamos:

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

#### **Descrição dos Requisitos da Contratação**

- Implantar e informatizar as Unidades de Saúde, próprias, no âmbito do SUS no Município;

Essa falta de descrição prejudica a formulação da proposta pois o licitante não tem como aferir todos os custos para execução dos serviços, uma vez que não foi fornecido os dados básicos das Unidades de Saúde onde o sistema será implantado.

Nesses termos, torna-se necessária a alteração do Edital para que seja nele descrito todas as Unidades de Saúde que serão informatizadas, com endereço e demais informações, para que o licitante possa aferir todos os custos que terá com a implantação.

## **3º) Falta de descrição das características sobre a hospedagem em “Datacenter”**

#### **VIVVER SISTEMAS LTDA.**

CNPJ: 03.381.389/0001-50

Sede: Avenida do Contorno, nº 7069, 12º andar, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte - MG | CEP 30110-043

Regionais: Passos - MG | Montes Claros - MG | Macaé - RJ | João Pessoa - PB

[www.vivver.com.br](http://www.vivver.com.br) | [ead.vivver.com.br](mailto:ead.vivver.com.br) | [contato@vivver.com.br](mailto:contato@vivver.com.br) | Telefones: (31) 3025.3550 | 0800 000 3550

Conforme já relatado anteriormente, o Edital de chamamento para contratação de TI – Tecnologia da Informação, deve conter a descrição detalhada de todos os produtos e serviços que compõem a solução a ser adquirida com suas especificações técnicas e quantitativos unitários.

Diante disso, tem-se que o Edital, ao prever a hospedagem do software em “datacenter”, não especificou, minimamente, os requisitos para essa hospedagem.

Notória a ausência de especificações sobre a hospedagem do sistema, pois o Edital não descreve, por exemplo, se ela será em nuvem e qual seria o percentual de segurança que seria exigido. Ainda, quais os tipos de equipamentos (modelos) que seriam necessários para a hospedagem.

Nesse contexto, o Edital deverá ser alterado para que haja a descrição das características técnicas e operacionais da hospedagem em “datacenter” exigida, permitindo que os licitantes interessados conheçam os custos que deverão suportar para a correta prestação dos serviços a ser contratado.

#### **DOS PEDIDOS:**

Isto posto, requer:

1º) Seja a presente Impugnação recebida por V.Sa.;

2º) Seja a mesma inteiramente acatada para que se determine a retificação do Edital nos pontos ora questionados, possibilitando o seu regular processamento sem afrontar aos princípios licitatórios delimitados no artigo 5º da Lei 14.133/21; e

3º) Havendo alteração no Edital na forma proposta, que seja reaberto o prazo para apresentação das propostas nos termos da lei.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Belo Horizonte MG, 01 de julho de 2024.

#### **VIVVER SISTEMAS LTDA.**

CNPJ: 03.381.389/0001-50

**Sede:** Avenida do Contorno . nº 7069 . 12º andar . Bairro Santo Antônio . Belo Horizonte - MG | CEP 30110-043

**Regionais:** Passos - MG | Montes Claros - MG | Macaé - RJ | João Pessoa - PB

[www.vivver.com.br](http://www.vivver.com.br) | [ead.vivver.com.br](mailto:ead.vivver.com.br) | [contato@vivver.com.br](mailto:contato@vivver.com.br) | Telefones: (31) 3025.3550 | 0800 000 3550

---

**Geraldo Tadeu da Conceição Cruz**  
**RG nº M-3.506.352 | CPF nº 478.374.036-49**  
**Sócio da VIVVER SISTEMAS LTDA.**

**VIVVER SISTEMAS LTDA.**

CNPJ: 03.381.389/0001-50

**Sede:** Avenida do Contorno . nº 7069 . 12º andar . Bairro Santo Antônio . Belo Horizonte - MG | CEP 30110-043

**Regionais:** Passos - MG | Montes Claros - MG | Macaé - RJ | João Pessoa - PB

[www.vivver.com.br](http://www.vivver.com.br) | [ead.vivver.com.br](mailto:ead.vivver.com.br) | [contato@vivver.com.br](mailto:contato@vivver.com.br) | Telefones: (31) 3025.3550 | 0800 000 3550